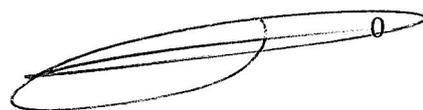


ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-CMDU

Data: 24 de Abril de 2024-Horário: 09:30hs

Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

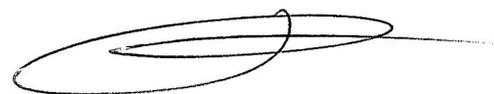
Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9:30hs e trinta minutos no auditório do sétimo andar do Paço Municipal, Presidente Manara abre a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, inicia com a aprovação da ata da reunião no dia 13/03, enviada em 26/03. Pergunta se todos os conselheiros receberam via e-mail e coloca para aprovação, pedindo que permaneçam como estão aqueles que aprovam, e se manifestem os que desejam anunciar abstenção ou não aprovação. Nenhuma manifestação contrária, ata aprovada por unanimidade. Segue com os informes, com a alteração de membro da Secretaria de Apoio Jurídico, a saída do doutor João Paulo Gregório Canelas e a admissão de Jean Almeida do Vale como titular da SAJ. Presidente faz uma correção na pauta, o envio foi como aprovação da minuta do decreto. O texto da minuta não foi encaminhado no tempo hábil e a expressão de aprovação trocada por apresentação. Que a matéria será a pauta de uma convocação extraordinária para talvez dentro de 10 a 15 dias. Presidente passa a palavra para Rodolfo apresentar a minuta do decreto que atualiza as exigências e normas relativas ao licenciamento, aprovação e instalação de empreendimentos classificados, ou não, como polo gerador de tráfego, PGT, e disciplina as vagas de estacionamentos, acessos, vias de circulação interna, área de manobra e acumulação de veículos, e consolidam em único diploma legal os decretos, números. Com a palavra Engenheiro Rodolfo que cumprimenta a todos,

acompanhado da engenheira Michelle, farão uma apresentação rápida com quatro slides. O texto, conforme o secretário informou, foi encaminhado para os conselheiros pela manhã, com os anexos, o texto completo, o texto integral da proposta. E, com a finalização de algumas contribuições que recebeu e das discussões que teve com os colegas da SEMOB. A apresentação será um resumo bem sucinto do que foi essa discussão com os colegas da SEMOB. As alterações em relação à última apresentação feita foram: “no artigo 11, no texto do decreto, a inclusão dos parâmetros para áreas de acúmulo em condomínios de lotes residenciais e industriais. No artigo 16, a alteração dos parâmetros em áreas de embarque e desembarque das escolas. No artigo 24, a redução na exigência de vagas de estacionamento para comércio de pequeno porte, que a gente chama pela lei comércio classificado como CS. No artigo 27, a manutenção da dispensa de vaga de carga e descarga no texto do decreto para os empreendimentos localizados na centralidade, porque isso consta na lei complementar 667, que alterou a lei de zoneamento. No artigo 37, a inclusão da possibilidade de compartilhamento de vagas para empreendimentos de uso misto com o shopping center. Foi inserida essa possibilidade. No 42, a alteração da possibilidade de locação de vagas eventuais para veículos de carga com manobra mínima no recuo frontal. E no anexo 1, alteração das faixas de porte de classificação para algumas atividades, adicionalmente também, ainda em relação ao shopping center, galeria, boulevard, conjunto de lojas com mais de 5 mil metros de área construída computável, ACC, a redução da exigência de vagas de veículos leves para o índice de uma vaga para cada 35 metros quadrados de ACC. No condomínio de lotes residenciais, alteração nos parâmetros para a definição do número de vagas por lote para classificação dos



empreendimentos. Nas escolas, a alteração na exigência diária para embarque e desembarque de alunos. Na indústria, condomínio industrial, conjunto industrial, agroindústria, alteração nos parâmetros para atendimento das vagas de veículos leves, de transporte de funcionários e de carga. E no templo religioso, local de culto, atividade religiosa, a manutenção da exigência de vagas leves do decreto vigente”. Rodolfo agradece aos colegas da SEMOB, com discussões de forma intensa, às vezes com Maria Rita que acompanha bem e sabe como é discutir. Quem acompanha de perto discussão de texto de lei, é guerra de argumentos. Mas é sempre salutar, porque nada melhor do que o contraditório, a visão do outro para conseguir construir um texto melhor. Finaliza a apresentação, passa a palavra se algum conselheiro tiver algum comentário, só reforça que o texto foi encaminhado para todos hoje pela manhã. Sugere que se houver concordância, fazer uma reunião extraordinária no dia 2 de maio, quinta-feira, a partir da leitura, fazer a aprovação do texto final. Presidente Manara encaminha a abertura para a manifestação e já com uma proposta da reunião extraordinária ser convocada com pauta única, não precisa fechar a pauta única que surgir também outro assunto, já agenda a reunião extraordinária. Presidente agradece a presença do secretário de Gestão e Habitacional na plenária, Fábio Pasquini e toda a sua equipe de regularização fundiária. E, antes de passar a palavra, pede que doutor Teles siga com a condução da plenária, já que tem uma reunião no Gaema, Ministério Público, às 10 horas, reunião presencial, pede licença para sair e agradece a todos. Com a palavra doutor Teles que pergunta se alguém gostaria de se manifestar com relação a apresentação do Rodolfo? Com a palavra Maria Rita da ACONVAP, que cumprimenta a todos, pergunta como farão para discutir o



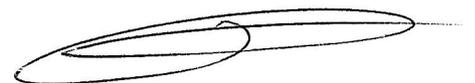
texto, já tem algumas coisas que não concorda que inclusive já pediu, não veio, outras que estão sendo acrescentadas. Por exemplo, pelo que está vendo, o artigo 42, estão falando de manobrar o caminhão dentro do empreendimento. Acha que é impossível em RV, tem que ser discutido. Cita como exemplo “um empreendimento na Vila Ema onde quer duas vagas por apartamento, se tem um apartamento de três quartos, uma pessoa morando, mais de um casal morando. Estará colocando mais uma vaga, ou seja, está tirando um carro da rua quando coloca mais uma vaga. Aí vocês vão lá e penaliza quem está pondo com mais vagas de visitantes. Então eu vou ter que pôr vagas visitantes para as vagas obrigatórias, é um percentual menor, mais vagas para isso. Ontem, nós estávamos discutindo um projeto que nós vamos tirar a segunda vaga por causa disso, porque nós não conseguimos colocar mais cinco vagas de visitantes lá. Então, se eu estou tirando o carro da rua, colocando mais vagas no meu apartamento, por que eu vou ser penalizada para colocar mais vagas de visitante? A gente já sabe que a vaga de visitante já tem um problema sério, se não tem festa, ela fica vazia, se tem festa, ela não dá conta. Então, eu já discuto a vaga de visitante. Mas deixar a vaga de visitante para as vagas obrigatórias, a gente concorda, mas não o excesso para a vaga. Então, eu quero saber em que momento nós vamos poder discutir junto com o técnico da SEURBS com o SEMOB, principalmente esses dois pontos. O restante, eu acho que está ficando tudo muito bom. Para shopping ficou ótimo, para cada 35, poder usar o misto, porque com certeza os shoppings todos, para se manterem, vão ter que colocar prédios comerciais, prédios de serviço, então estou achando que está ótimo, mas esses dois pontos em específico, que eu consegui ver rapidinho aqui, porque eram os que me interessavam mais, eu acho que a

Al.

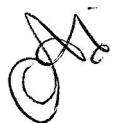
gente precisa discutir, ok? Obrigada.” Com a palavra Osvaldo, que informa com referência a proposta de uma reunião de aprovação, uma reunião extraordinária, dia 2 de maio, pensa que, diante dos comentários da Maria Rita, sugere que, de cada entidade, faça a sua observação, encaminhe e agenda uma reunião diante de quem fizer suas observações, uma reunião de trabalho, SEURBS, SEMOB, e as entidades que vão colocar as informações. Fechado essa reunião de trabalho, agenda a reunião da plenária onde apresentará o resultado. Pergunta se poderá prosseguir dessa forma? Nenhuma manifestação contrária, definido para o dia 2 de maio, a extraordinária. O prazo de retorno das sugestões até sexta-feira 26 de abril. Com a palavra Maria Rita, que se compromete na data de hoje mesmo encaminhar as observações, porque é interesse agilizar. Doutor Teles segue com a pauta, com a deliberação referente à utilização dos recursos do FMDU. Lembra que na semana passada foi realizada uma reunião com o Conselho Gestor, apresentada três propostas para a utilização dos recursos. Uma delas foi retirada de pauta e se manteve duas propostas. Como uma delas houve uma aprovação já unânime pelo Conselho Gestor, sugere alterar a pauta, para primeiro colocar para deliberação e ratificação o assunto relacionado à regularização fundiária. Pergunta se pode fazer dessa forma? Se todos concordam, Douglas vai fará uma apresentação com relação à proposta de regularização fundiária, para utilização dos recursos. Com a palavra Douglas, diretor do Departamento de Regularização Fundiária da Secretaria Habitacional e Obras, que cumprimenta a todos, diretor de regularização fundiária, que antes de conversar sobre o recurso propriamente dito, pede para explicar um pouco do que significa, o que entende ser regularização fundiária em São José dos Campos. Apresenta na tela um gráfico, onde trabalha com

três eixos. O primeiro eixo é a informação municipal, o segundo são os bons projetos, e o terceiro é a fiscalização para inibir a formação de novos núcleos. E o nosso objetivo principal, é a entrega de título propriamente dita. No gráfico apresenta a quantidade de informações, reuniões realizadas, protocolos, processos, inquéritos, que responderam no ano de 2023. Mostra a foto do antes e depois de como fica o núcleo regularizado e com as obras implantadas, num primeiro momento, de informações aos munícipes, no segundo momento, bons projetos, seja em rede social ou específica. Foram regularizados 60 núcleos, mais de 6 mil e 600 lotes regularizados, beneficiando mais de 26 mil pessoas nos últimos 11 anos. Os núcleos regularizados, começando pelo Mesquita, os núcleos que estão em regularização é social, de responsabilidade do ente público, que está em andamento. Concomitantemente, com a regularização e a informação do município, é prestado um trabalho também voltado à área jurídica com os técnicos da DRF que respondem a 130 inquéritos, em andamento mais de 23 ações civis públicas, sem contar várias condenações de obrigação de fazer a regularização, centenas de ações demolitórias propostas, termo de conduta que é preciso responder a cada 180 dias. Douglas ressalta que tem o projeto OBSERVA, uma quilometragem alta de trabalho, de fiscalização, e com o advento do artigo 184 da Lei Complementar 651, tem hoje, o poder de polícia para poder inibir as construções no seu início. Já foram feitas 49 demolições. Com a aquisição de drones, com o advento da 184, será possível inibir o surgimento de 12 novos bairros. Foram propostas ações demolitórias em risco 3 e 4, que são os mais altos, e instaladas mais de 30 placas orientando o munícipe a não comprar sem antes passar pela prefeitura ou pelo cartório, obtendo informações adequadas. Foi iniciada também campanha publicitária informando por

para a pessoa, quando for comprar um terreno, tenha cautela e sejam orientadas com algumas condições suspeitas. Está sendo atualizado o plano municipal de redução de riscos, era uma exigência, um pedido do Ministério Público, estava já defasado, e o principal órgão que cuida desse tema, é o Instituto de Pesquisa Tecnológica, além de atualização, equipes estão sendo treinadas. Assim após a apresentação Douglas justifica que vem ao Conselho para solicitar o valor em torno de um custo estimado de 2 milhões de reais no período de 12 meses para regularização de 962 lotes. Que, o critério usado para poder pedir esse recurso, onde já existe toda a infraestrutura mínima necessária, é um facilitador. Na sua maioria das vezes, ele foi implantado em desconformidade com o projeto. Quando a primeira quadra é implantada de uma forma equivocada, as demais saem também com problema. Então, o objetivo é implantar onde já tem a infraestrutura mínima necessária, e vale ressaltar também que tanto o Plano Diretor combinado com o Estatuto da Cidade permite a aplicação desse recurso em regularização fundiária. Com a palavra doutor Teles que agradece Douglas e esclarece que o procedimento para a utilização dos recursos da FMDU funciona da seguinte forma: “É feito uma reunião junto ao conselho gestor da FMDU, o conselho gestor delibera e depois a deliberação é colocada junto a plenária para ratificação ou não da decisão do conselho gestor”. Abre a palavra para os conselheiros, especialmente quem faz parte do Conselho de Gestores, se quiser se manifestar, tirar alguma dúvida. Com a palavra Oswaldo da SEURBS, que lembra que são seis representantes do Conselho de Gestor, pela prefeitura o engenheiro Rodolfo, o engenheiro Rodrigo e o arquiteto Paulo Caon, e pela sociedade civil organizada, a engenheira Maria Rita, o arquiteto Walter Brant e a arquiteta Fabiana Lourenço. Teles segue com a deliberação sobre a



possibilidade de utilização dos recursos e pede que aqueles que aprovam, mantenham se como estão e os que não aprovam se manifestem. Utilização dos recursos aprovada por unanimidade. Segue com a pauta de outra proposta, colocada junto ao Conselho Gestor, que é a utilização do recurso para a contratação de serviços técnicos, especializados em geotecnologias, visando o aprimoramento das funcionalidades do website geográfico denominado GeoSanja, transferência de tecnologia e capacitação técnica para a prefeitura São José dos Campos. Teles solicita a presença de Douglas da SEIURBS para fazer uma apresentação sobre o tema. Que, na reunião do fundo gestor houve algumas dúvidas encaminhadas pela Fabiana por e-mail. A apresentação será para esclarecer também do que se trata o pedido e as dúvidas também da conselheira Fabiana. Passa a palavra para Douglas que trabalha com geoprocessamento na Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Douglas cumprimenta a todos e inicia explicando que a proposta na verdade, é uma continuidade de um recurso que já veio, já teve uma primeira etapa. O que já foi realizado, foi o primeiro projeto aprovado com o recurso do FMDU há dois anos atrás. Foi feita em parceria com uma empresa, na época foi a Funcate, uma fundação, que fez essa parceria com a gente, e foi feito um cronograma entre 2022 e 2023 de várias melhorias dentro do nosso portal geográfico, o GeoSanja, com a implementação de imagens. Apresenta na tela os recursos que foram feitos nesse primeiro contrato em parceria com a Fundação, foram entregues, todos correram bem durante o contrato, foi tudo tranquilo. Hoje, tem alguns recursos bem interessantes que foram originados desse contrato, como, por exemplo, hoje se permite, além da visualização, o download dos arquivos de mapas de legislação, e a população consegue



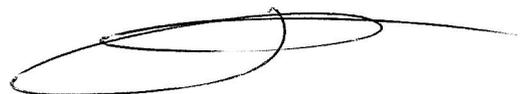
ter acesso a esses arquivos de forma fácil, que antes no site era só em arquivo em PDF, agora ela tem o arquivo vetorial para trabalhar, fazer estudos, medição, barra de transparência para poder visualizar mais de uma informação ao mesmo tempo, pode comparar uma informação com outra, uma lei em cima da outra, que isso não tinha antes, alguns recursos de impressão, de comparação de imagens, as próprias imagens históricas não havia e somente era possível visualizar a imagem do Google, agora tem as nossas imagens históricas 2020, 2015, 2010, 2007 e um trecho de 1985. Ainda falta um trecho que precisa ser digitalizado, já está sendo providenciado, tem mais, salvo engano, duas datas também mais antigas entre final de 70 e depois uma de 90, que sendo digitalizada para poder subir no sistema. A ideia é ter isso de forma fácil para a população. A proposta que está sendo solicitada é para uma segunda etapa, não mais do jeito que ela foi feita antes, uma parceria com a Fundação. A primeira era meio que para um teste, ver se funcionaria do jeito que foi proposto para a Fundação, porque não era só eles desenvolverem a ferramenta, eles tinham que passar o conhecimento para a prefeitura, e isso nunca tinha sido feito. O valor foi mais em conta por ser uma fundação sem fins lucrativos e está sendo feito um projeto maior para a relação de custo, já que quanto maior o projeto, menor o custo por unidade. Numa estimativa que ficaria viável uma relação entre custo e tamanho. De 22 requisitos, como foi sugerido já no próprio conselho gestor, alguns itens para acrescentar sugestão dos próprios conselheiros. Algumas ferramentas serão alteradas e o valor solicitado é de 3 milhões, que é o preço de mercado. Já foram feito orçamentos com base nesses requisitos e os orçamentos vieram nessa faixa de preço. A ideia é que, como isso vai para a apresentação, esse valor deve diminuir um pouco e, comparando até



com o preço de custo, foi um dos questionamentos da arquiteta Fabiana. Uma das coisas estudadas na época seria a alocação de um sistema terceiro para uma cidade do tamanho de São José, está em torno de um milhão por ano. Então, não justifica pagar um milhão de aluguel, sendo que com dois a 3 milhões, daria quase um milhão por ano, isso passa a ser propriedade da prefeitura. Douglas passa na tela alguns dos principais itens que é : “a criação de layout de impressão para poder facilitar tanto o arquiteto e o engenheiro para poder extrair uma planta direto do GeoSanja, uma planta com coordenadas, com carimbo oficial, que sirva para o Ministério Público, para algum processo de usucapião, que hoje é pedido, então, ao invés da pessoa abrir um processo, ela pode fazer isso direto pelo site, facilita bastante tempo. A importação do polígono, então, para ele poder fazer essa planta com o imóvel dele, ele pode importar o polígono do imóvel dele direto no site e fazer todo o trabalho que ele precisa em cima do site, ferramenta de desenho, que é meio que uma extensão disso, ele pode fazer uma anotação, fazer o próprio desenho do polígono, caso ele queira, não tenha isso prévio. A criação de favoritos é uma ideia de a pessoa que utiliza isso rotineiramente, então, em vez de ela ter que ficar procurando sempre as camadas que ela utiliza no dia a dia, ela vai ter que ter um login, um controle, e ela possa ter aquilo de fácil acesso, os mapas que ela já utiliza usualmente, ela vai ter isso sempre com atalho. A barra de temporalidade é muito similar àquela que tem no Google hoje, que é você voltar no tempo, a barra, e você vai vendo a evolução, tanto da evolução urbana quanto de imagens. Todas as camadas que tiverem no GeoSanja com esse histórico por data, você poder fazer para estudos, para parte acadêmica, isso acaba sendo bem interessante, usucapião, ver se o imóvel já existia lá ou não, em certa temporalidade



you can go back to it. GeoSanja Mobile is one of the most expensive parts of the system, the most time-consuming to develop, which is to have an application and not a version of GeoSanja for mobile that currently exists, it is possible to open in the browser and access, but it was not made for mobile. Today everyone uses mobile, every hour needs to consult, so the idea is that, to have an application that works both online and offline, because it is an application, so the maps would be offline, in the rural area, it will be able to consult a certificate that depends on access to the internet, but the maps would be available. And this would also facilitate the use here in the municipality, because the tax collectors will also have it. So in this way, all the information when the tax collector is in the middle of the rural area, like Douglas also commented, a land regulation, if that is part of an informal nucleus or if it is within a regularized part, he will have access because he will have the location and he will know what is on the map. And the issuance of certificates, from the moment that people have the real estate registered here, today they already have some certificates that are possible, but the person has to know the registration number, make a login, type the registration number. The person clicks on the lot, she will have access to the registry, not the complete registry, because there are things that are confidential, like the name of the owner and some things, but the cadastral part of the real estate she will have, from there, she already can extract the certificates related to those real estates, what is public access, like, for example, a zoning certificate, a certificate of habitation, everything directly above the real estate". Douglas finishes by putting it at the disposal to clear doubts and receive suggestions. He received an e-mail from Fabiana with information about the cost, and also requested some

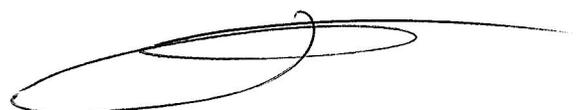


questionamentos sobre já existirem algumas dessas funcionalidades em softwares gratuitos. Douglas responde que um dos grandes problemas da secretaria, quando lida com arquitetos e engenheiros, é muita gente que está acostumada com AutoCAD e a hora que fala de QGIS, já começa a complicar, não é todo mundo que tem esse conhecimento. A ideia é ter o básico do que seria uma ferramenta, que precisa de um treinamento, precisa de um processamento de máquinas, às vezes, um pouco mais forte, ter isso aqui disponível para a população e até aqui dentro, o básico. E é lógico que um processamento mais pesado, já tem os downloads desses arquivos, para a pessoa poder fazer isso numa máquina com um desempenho melhor. E, o objetivo final seria, ter tanto a versão mobile, poder fazer impressão do que está sendo visualizado, extrair certidões a partir do imóvel. Com a palavra Oswaldo para complementar acha que a importância disso não só para os técnicos internamente, mas para a cidade como um todo. Que, participa da construção do plano diretor desde 1995, 2006, 2018, fora as leis de zoneamento. Lembra como era arcaico nos anos 90 e foi melhorando um pouquinho e em 2018 já tinha mais ferramentas. Mas, quando olha uma ferramenta dessa, com informações organizadas, isso cria uma facilidade para todos, técnicos da prefeitura, ler melhor a cidade, e depois podemos interagir com a sociedade numa discussão de legislação. Porque, quando se fala do artigo 26 do plano de diretor, acha que foi uma das dúvidas da Fabiana, que você tem relacionado àquilo que pode ser aplicado, o dinheiro do fundo, você tem lá o ordenamento territorial, a expansão urbana, que basicamente são legislações. É preciso ter informação organizada para poder fazer a avaliação da cidade, da dinâmica da cidade, o que ela muda no seu devido tempo, ir à cidade e propor novas regras e discutir com a sociedade, que o

DA



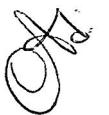
plano de diretor agora é de 2018, fatalmente de 2027, 2028, já tenha que ter os indicadores internos, técnicos, para que se gente possa começar a fazer a avaliação da eficiência ou eficácia desse plano diretor, a efetividade dele, o que deu certo, o que não deu, o que precisa ser ajustado, propor uma nova fórmula para a cidade, um ajuste dessa fórmula e discutir com a sociedade, ou seja, tendo essa ferramenta, o quanto que ela nos ajuda e nos dá uma celeridade e nos permite acompanhar mais de perto essa dinâmica. Que, a cidade é um ambiente vivo, um organismo vivo, as coisas vão acontecendo. E, após uma discussão com a sociedade, o próprio munícipe vai tendo os acessos já consegue fornecer dados melhores, e o entendimento do município vai ser mais fácil do que tem sido ao longo dos anos. Oswaldo diz ter iniciado pintando mapa no lápis de cor em 1995, o macrozoneamento era vermelho, pintava com giz de cera. E hoje, tem condições de oferecer e a pessoa vem em uma condição muito melhor e acha que vai fazer uma discussão de cidade mais real, mais clara, mas objetiva e, particularmente como técnico, quando olha isso e lembra todas as dificuldades dos técnicos e a dificuldade inclusive de passar para o munícipe, a ideia desenvolvida para ver se o munícipe concorda com aquilo, hoje com essas ferramentas, o diálogo vai ser muito mais fácil. Entende que esta ferramenta é fundamental para o ordenamento territorial. E, quando lê no Estatuto da Cidade o artigo 26, diz “que o ordenamento territorial, a expansão urbana, é o que a gente faz, e faz através de leis e através de discussões públicas”, acha que a ferramenta, está totalmente alinhada ao que é o princípio. Porque, dentro do ordenamento territorial, é preciso construir a regra do jogo. E, para construir, é necessário ter condições. Com a palavra Maria Rita da Aconvap, que gostaria de dar um testemunho



da importância dessa ferramenta. Na realidade, já foi usado dinheiro do fundo para a primeira etapa. Que também há muitos anos acompanha o Plano Diretor, Lei de Zoneamento, e era impressionante que no plano diretor anterior, a população tinha uma dificuldade enorme de ler um mapa. Hoje, nessa última discussão, já liam completamente, você estava discutindo, o mapa estava lá, a pessoa já pegava o celular, já entrava e queria ver onde era aquilo que estava sendo falado. Que trabalha com planejamento urbano e tem a facilidade, quando vai um cliente, principalmente quando não conhece São José, abrir uma única ferramenta e conseguir mostrar tudo para ele. Que, na sua opinião essa ferramenta, sempre deve ser cada vez mais aprimorada, porque não é só para os técnicos da prefeitura, ela ajuda muito a população e é importantíssima. Com a palavra a conselheira Ângela Paiva da Aelo que ratifica o que Osvaldo e Maria Rita falaram. Que, há anos trabalha em lei de zoneamento, plano diretor, e vê a dificuldade das pessoas no tempo em entender por que uma mudança naquela região, por que uma mudança. Acha que um dos dinheiros mais bem empregados da prefeitura é o GeoSanja, e a transparência é um dos princípios da administração pública para os atos. Todos tendo acesso livre às informações, superimportante. E, no próximo plano diretor, na próxima Lei de Zoneamento, vai ser muito mais fácil explicar para a população por que determinadas mudanças ocorrem. Eles vão compreender melhor, vai ser menos polêmico, muito mais diálogo, muito mais entendimento. Finaliza dizendo que para ela o GeoSanja é excelente. Com a palavra a conselheira Fabiana da Associação Reserva das Figueiras e Instituto de Estudos Avançados. Quanto aos seus questionamentos com relação ao GeoSanja, concorda, parabeniza, acha ótima a ferramenta, ela realmente é um avanço que reflete essa questão



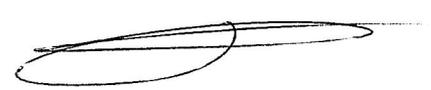
da popularização, dos dados geográficos, da utilização deles. Porém, nessa questão do investimento, já aprovada anteriormente, faz parte do grupo do Fundo Gestor já há um bom tempo, e aprovou os investimentos da ordem de 300 a 350 mil mais ou menos. Que, seu questionamento é sobre o investimento da ordem de 3 milhões. Primeiro algumas ferramentas deveriam ser avaliadas, não sabe se tem dados de acesso, número de acessos, número de pessoas que utilizam a ferramenta do GeoSanja ao longo do tempo. Mas uma questão importante é investir em ferramentas, por exemplo, “a pessoa fazer um mapa em escala com coordenada geográfica. Será que isso não seria uma minoria de usuários? Será que esses recursos não poderiam ser investidos em outras, vamos dizer, outras frentes, como, por exemplo, São José dos Campos está trabalhando com a certificação da cidade inteligente, da cidade resiliente, será que não teriam outras inovações que realmente a gente poderia colocar? Porque a gente está investindo em uma coisa que já existe, fazer um mapa. Eu consigo fazer um mapa no AutoCAD, eu consigo fazer um mapa no QGIS da vida, eu consigo até mesmo fazer um mapa em outros softwares gratuitos e de código aberto, até georreferenciados. Então, será que não seria o caso de rever essa lista de ferramentas, essa lista de coisas que a gente vai colocar, e realmente colocar inovações, investir realmente na inovação dentro do GeoSanja? Para que a gente possa, por exemplo, trazer esses indicadores que estão sendo esses indicadores espaciais ou de origem meteorológica, que estão sendo trabalhados nos processos de certificação da cidade resiliente, da cidade inteligente, para que o próprio município possa avaliar, como nosso objetivo aqui é evoluir sempre, e trazer a tecnologia de ponta, a inovação para o município. Então, por que será que nada dessa questão da cidade, resiliente, inteligente, sustentável,



ela está sendo incorporada no GeoSanja? Então, o meu questionamento maior é quanto a isso, realmente reavaliar o ferramental que estamos colocando, ver a importância deles e, principalmente, pensar para frente na questão da inovação e a frente do que estamos acostumados, talvez, para monitorar um indicador de cidade resiliente, eu não tenho. E como está evoluindo essa resiliência na cidade? Então, temos que ir além do que já vimos. Então, essas ferramentas de geoprocessamento, elas existem, elas são nem tão comuns. A gente já está em um estágio um pouquinho mais à frente, que o próprio município tem a gerência dos seus dados geográficos, que permite a gente, que é pesquisador, que está trabalhando no dia a dia, ou empreendedor, fazer uma análise, não só no tempo agora, mas a partir dos dados do passado. Então, eu acho que agora, com o investimento desse porte, a gente tem que pensar além do comum, a gente tem que ir além. “Então, a gente tem nas mãos esse processo da certificação, que é um processo muito valoroso. Eu acho que, se a gente vai fazer esse investimento, a gente tem que colocar em pauta esse questionamento e colocar isso em prática no nosso ferramental de geoprocessamento”. Fabiana parabeniza o GeoSanja, uma ferramenta de grande valor, nunca menosprezando a questão do valor do ferramental, mas eu acho que tem que ir além dos nossos limites e realmente colocar São José nessa questão da inovação. Acha que é a questão de incorporar outras ferramentas inovadoras, daí sim, o investimento vale a pena, é um super investimento. Douglas responde que o acesso tem hoje, mais ou menos, diretamente, cerca de 10 mil acessos por mês. Isso diretamente, porque tem vários sistemas da prefeitura que fazem consultas via banco de dados direto no GeoSanja. E, alguns sistemas que monitora, quando chega um novo alerta, ele consulta os mapas do GeoSanja para cruzar se

tem APP, se não tem, se tem APA, esse acesso é feito indiretamente em torno de 5 mil e diretamente em torno de 10 mil por mês. A ideia é que isso cresça ainda mais. Com relação às funcionalidades, tem softwares que fazem mapas e algumas coisas. A ferramenta de desenho, a ferramenta de mapa, ela entra com essa definição, mas ela pode ser aplicada dentro de outros sistemas depois, como, por exemplo, uma certidão de zoneamento, a hora que a pessoa tira a certidão de zoneamento, a própria certidão pode vir com um croquis de localização atestando que aquilo realmente é daquele imóvel. É possível implementar a ferramenta de layout de impressão dentro de um documento, que vai ser emitido pela própria prefeitura. A ferramenta entra como uma ferramenta simples, básica, mas depois pode ser aproveitada em outros recursos. Com referência a ferramenta de desenho para plotar esses pontos no sistema para poder gerar outras informações. Já existem no banco de dados, esses dados de risco, só é preciso ter acesso aos dados, as ferramentas já suprem hoje. Essas novas ferramentas são para poder imputar pontos novos, começar a fazer cadastro. Então, não é só o simples desenho, a ferramenta tem que ter essa descrição para a empresa que vai desenvolver saber o que ela vai fazer. Douglas volta a lista que ainda não está fechada, mas foi a proposta da prefeitura e está recebendo sugestões, onde o próprio conselho semana passada sugeriu a implementação de desenho por coordenada, será acrescentado e aberto para demais acrescentar mais alguns requisitos. Com a palavra Fabiana, que acha que inovação é pegar o que existe e dar acesso a pessoas que não têm. Isso é a grande inovação do GeoSanja. Que, tem vários aplicativos, vários deles grátis, que faz mapa, e são usados por Engenheiros e Arquitetos. Sugere que seja feito uma campanha para

OK



mostrar o GeoSanja, porque tem muita gente que não conhece, precisa conhecer melhor. Que, na realidade estamos caminhando para uma inovação muito grande em tudo, mas, para ela, a maior inovação que precisa ter é as pessoas terem acesso ao que foi inovado, é isso que o GeoSanja já faz. Por isso que eu acho que ele é muito importante. Com a palavra Osvaldo, que afirma que o GeoSanja é uma ferramenta para a cidade, para usuários, concorda que a prefeitura precisa divulgar melhor, demonstrar melhor, talvez com tutoriais, para a realmente o cidadão comum passe a usar. E, para os técnicos, a importância para que se possa prestar o melhor serviço para a cidade, porque dentro do plano diretor tem um capítulo que fala monitoramento do plano diretor. E tem uma série de coisas que precisa monitorar. A partir do momento que se tem uma ferramenta dessa, vai ser possível conseguir nas discussões de cidade a colocar esses dados de uma forma que os indicadores ficarão muito mais simples, porque hoje é muito difícil, ter um acompanhamento interno de informações. Para a questão da revisão do plano diretor, onde se consegue estabelecer os indicadores e mostrar os mapas com aquilo que evoluiu de 2018 a 2028, as mudanças que aconteceram, será possível conseguir traduzir muito mais visualmente para o cidadão numa discussão de cidade do que hoje não se consegue traduzir muitas vezes a leitura para o cidadão é muito complexo. Então, a hora que tem esse tipo de ferramenta, é possível simular situações, onde se consegue demonstrar eficiência de políticas ou não, até para entender a cidade e essa ferramenta vai ajudar. Com a palavra Rodolfo Venâncio, que para título de informação, corroborando com o Douglas, são quase 10 mil acessos por mês, a título de informação. No ano passado, porque o GeoSanja engloba uma série de serviços da prefeitura, um deles é a consulta para aprovação

OK



de projeto. E só no ano passado foram 7 mil e 874 processos foram protocolados, todos eles previamente consultados pelo GeoSanja e pelos profissionais. Antes da existência do GeoSanja, todo profissional que queria aprovar projeto na cidade, apesar de ele ter acesso ao mapa, ficava na dúvida, eu estou no limiar entre uma mancha de zonamento e outra. Obrigatoriamente essas 5, 6, 7, 8 mil pessoas tinham que vir aqui na prefeitura, esperar na fila, pegar a senha, esperar a sua vez, para simplesmente consultar se aquele imóvel que ele quer construir, ampliar, reformar, estava numa zona de uso que permitia ou não fazer aquilo que ele desejava. Então a abrangência só no item de aprovação de projetos no ano passado foi de mais de 7 mil e 800 processos protocolados fora obviamente aqueles consultados que acabou não virando projeto protocolado. Com a palavra conselheiro Juarez do Departamento de Gestão Ambiental que a título de contribuição na questão do GeoSanja, que todo o projeto do Arboriza tem uma parcela significativa que está hoje estacionado no GeoSanja. Tem uma aba embaixo, uma arvorezinha, a pessoa clica, já estão subindo para o site 55 mil árvores cadastradas no município. Então, dali vai para o website, ao clicar na árvore no endereço X, já sai praticamente com a ficha da árvore. Então, se precisar, por exemplo, solicitar um processo de supressão de árvore, é possível saber o nome correto, o status da árvore, então, a ideia é também que seja essa ferramenta importante para a arborização, para o projeto do Arboriza e para o plano municipal de arborização. Além de todas essas informações técnicas, tem a questão da arborização também do nosso município, que está no GeoSanja. Com a palavra a conselheira Ângela Paiva que para complementar o que foi dito pelo Douglas, sabe que sempre terá que acrescentar mais coisas na ferramenta. São coisas que facilitam a vida e

OP

dão transparência. Acha que o ponto primordial é dar sempre transparência para a população, facilitando. Facilita o corretor de imóveis, facilita o proprietário do imóvel, facilita aquele que quer saber se pode investir ali ou não, facilita aquele que sabe que árvore é aquela, se pode mexer, como é que funciona. Com a palavra Walter Brant da AEA, que parabeniza todos os conselheiros, que está muito interessante a participação de todos e as contribuições. Que vê a importância do GeoSanja, do assunto, pelo fato da transparência, da integração de sistemas que acontecem em São José, desde a arborização, mobilidade. Como participante do fundo gestor, também é responsável por essa deliberação do uso desse fundo. Tem responsabilidade sobre isso, e a discussão sempre é profunda, porque ninguém quer errar. Que, quanto mais disponível para a população, mais fácil o entendimento de um assunto complexo, que antigamente era só para uma gama muito pequena de pessoas que tinham acesso, hoje fica popular. Esse é o caminho e acha que tem que ter mais investimento nas ferramentas. Com a palavra Fabiana, Associação Reserva das Figueiras, que para finalizar não quer deixar dúvidas que não é contra investir no GeoSanja, reconhece que é uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento da cidade, auxilia bastante em diversos segmentos. O seu questionamento é quanto às ferramentas que vão ser colocadas no GeoSanja, se consegue ampliar esse poder inovador, essa inovação na ferramenta, principalmente na questão de monitoramento dos indicadores que estão sendo produzidos para cidades resilientes, cidades inteligentes. Acha que também tem que ter esse foco para integrar toda essa produção de conhecimento que está tendo nesse processo de certificação. Então, acha importante incorporar já nessa próxima atualização do GeoSanja e integrar com esse movimento

da certificação com os indicadores. Que, sentiu falta nesse escopo de proposta para o desenvolvimento do projeto, mas deixa claro que apoia a ampliação das ferramentas, do potencial de abrangência do GeoSanja, mas que nesse momento acredita que tenha que pensar bem quais são as ferramentas e como que pode aumentar os benefícios em função da implementação de outras políticas, como a da certificação na ferramenta georreferenciada. Com a palavra doutor Teles que agradece todos os comentários, sugere, pelos comentários, parece que todos são favoráveis a aprimorar o GeoSanja. Coloca em deliberação a aprovação do recurso e deixa em aberto uma reunião com o Douglas para ele receber a Fabiana ou quem mais tiver interesse para apresentar propostas de novos recursos junto ao GeoSanja e discutir, inclusive, os recursos que estão sendo propostos. Porque tendo aprovação desse investimento, se aprimora o pedido, o termo de referência. Pergunta se poderá fazer dessa forma e coloca em votação, mas antes passa a palavra para a conselheira Marisa, que cumprimenta a todos, concorda com o que a Fabiana falou, da importância de investimento no sistema, mas acredita que, para aprovar o recurso sugere ter uma proposta um pouco mais detalhada. Que, sentiu um pouco de falta de um maior detalhamento, acha um valor bastante alto, e tem a impressão de algumas ferramentas serem um pouco segmentadas. Talvez, de repente, até sendo possível buscar apoio para o desenvolvimento junto a outras instituições, alguns setores, não ser necessário a utilização do recurso do fundo para desenvolvimento de algumas ferramentas, poderia haver uma separação, umas ferramentas que são realmente de uso mais amplo e algumas que seriam mais segmentadas. Douglas responde a Marisa que, essa parte da segmentação que comentou de quebrar e dividir para algum setor, para o

OK

desenvolvimento de algumas coisas em parceria. Já foi feita essa tentativa, é muito difícil porque envolve o código fonte do sistema que é a propriedade da prefeitura. Então, ficar quebrando isso em vários pequenos contratos, em acordos com vários outros órgãos, é muito difícil. Já foi difícil nessa primeira tentativa com a parceria, que teve essa parceria dois anos atrás, tiveram uns dois meses de embate jurídico e informático para poder fazer essa liberação. Então, assim, fazer tudo em um único contrato, acaba viabilizando melhor isso. As ferramentas, que nem a gente comentou, muitas dessas coisas, na verdade, é mais acesso a esses dados externos dessas outras organizações para poder ser divulgado no GeoSanja do que, na verdade, ferramenta propriamente dita. O maior problema hoje para tentar diminuir esse valor, para segmentar isso em vários pequenos contratos, é essa complicação de liberar acesso à edição do software aqui mesmo, a parte de código-fonte é bem difícil. Maria Rita sugere que se vote a deliberação e que o Douglas fique aberto para conversar com as conselheiras para acrescentar coisas, se for necessário. Doutor Teles agradece Maria Rita e coloca para votação com o compromisso do Douglas a receber, os conselheiros se tiverem dúvidas ou contribuições para aprimorar essa contratação. Pergunta aqueles que concordam com a aprovação do recurso podem ficar com as mãos abaixadas, quem discorda pode levantar a mão. Nenhuma manifestação contrária, aprovada a utilização de 3 milhões para o aprimoramento do GeoSanja. Sugere que até sexta-feira, quem tiver interesse em fazer reunião com Douglas, encaminhe um e-mail para a Secretária Executiva Marisa que agendará essa reunião. E, na próxima reunião do CMDU, Douglas, dará um retorno do que foi discutido nessa reunião com os conselheiros. No final da plenária houve alguns picos de queda da internet



e a conselheira Marisa Pulice Mascarenhas pede para deixar registrado que não ouviu o final da plenária. Nada mais a tratar doutor Teles encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Teles Eduardo Pivetta
Representando o Presidente



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva

